

CONDSEF SINTSEF ANOS CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

TRABALHADORAS NAS RUAS PARA DEFENDER A DEMOCRACIA E CONTRA AS REFORMAS DE TEMER

Foto: CAMILA GARCIA



Servidores federais na luta contra as reformas de Temer. Saiba como a EC 95/16 impacta diretamente a companhia salarial 2018. **Págs 5**



Confira as mobilizações atividades da Direção Colegiada e do coletivo de mulheres do Sintsef no mês de março. **Pág 6**



Pesquisa realizada pelo Sintsef revela descaso com a saúde dos trabalhadores do serviço público federal. **Págs 4**



Quero me aposentar. O quê preciso saber? Saiba quais os benefícios, leis de amparo, requisitos e alertas para o servidor que deseja se aposentar **Pág 7**



EXPEDIENTE

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará.

DIREÇÃO COLEGIADA

Coordenação Geral

Adriano Duarte Fernandes e Roberto Luque de Sousa;

Coordenação Jurídica

Ednir Alberto de Carvalho Lima, José Arteiro da Silveira e Luis Carlos de Alencar Macêdo;

Coordenação de Comunicação

José Artur Camurça Torres, Flávia Teixeira Sabóia e Lucy Mary Gomes Matos;

Coordenação de Formação Política

Anna Lúcia Costa Oliveira, José Afonso Barbosa da Costa e José Rotielio e Silva;

Coordenação de Finanças

Aluisio Bastos Pereira e Raimundo Nonato Costa Júnior;

Coordenação Sócio-cultural e Movimentos Populares

Francisco José Alexandre Sousa, José Murilo Maciano e Jucilene Viana de Souza;

Coordenação de Aposentados e Pensionistas

Carlos Eugênio Pereira Soares, Hervalino da Silva Moreira e Maria Conceição Araújo Moreira;

Coordenação Administrativa

José Amorim Neto, José Helio Alves de Araújo e Sandra Lúcia da Silva Mota;

Coordenação de Org. e Sindicalização

Francisco Teles da Silva, José Eugênio Tavares Barbosa e José Zezito dos Santos;

Coordenação de Saúde do Trabalhador

Francisco Flávio Inácio de Lima e José de Assis.

CONSELHO FISCAL

Benedito Batista de Holanda, Francisco Germano Moreira, Francisca Ivoneide Cunha Costa, Geraldo Pereira da Costa, Pedro Jorge Guedes Barroso, Liduina Ferreira dos Santos, Mozart Ramos de Abreu Filho.

Jornalista responsável e diagramação

Camila Garcia (MT 3357 CE)

Estagiária de jornalismo

Adélia Farias

Tiragem 10 mil exemplares

Impressão: Expressão Gráfica

As matérias assinadas são de

responsabilidade de seus autores.

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço

Público Federal no Estado do Ceará - Rua

24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000

Fortaleza-CE - Fone:3255.7300

JUNTOS!

na LUTA

Vinte e Nove anos participando ativamente da história de luta dos servidores públicos no Brasil. Fundado em 16 de abril de 1989, o Sintsef Ceará é filho da efervescência social do processo de redemocratização. Era um tempo de fortalecer as estruturas democráticas da sociedade e de construção do serviço público.

Sob o mandato de Fernando Collor, como presidente, foi também um momento de combate ao neoliberalismo que ameaçava a soberania nacional e pedia a demissão dos trabalhadores do serviço público federal, a privatização de estatais e órgãos públicos. Para resistir a tantas ofensivas, os servidores somavam com movimentos populares em grandes manifestações e ocupações nos prédios públicos. E quando o primeiro presidente eleito depois da constituinte de 1988 se envolveu em escândalos de corrupção, o povo não perdeu a esperança e voltou às ruas pelo seu *impeachment*.

Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, aprimorou a cartilha do neoliberalismo e vendeu a preço de banana a Vale do Rio Doce, privatizou a Telebrás e aprofundou a dívida pública brasileira. Era tempo do "Fora FHC e FMI" e o Sintsef mostrava força e coragem em grandes greves que trouxeram conquistas percebidas até hoje.

Quando finalmente chegamos a governos populares e democráticos, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma

Roussef, o povo experimentou novos tempos, com a valorização do salário mínimo, investimentos no Sistema Único de Saúde, políticas de acesso à universidades e de moradia. Entretanto, para se manter no poder estes governos tentaram conciliar interesses com o capital, editando medidas que revelaram fortes contradições, criticadas nas ruas pelos movimentos, inclusive pelo Sintsef.

Mas como o capital abre

O Sintsef segue aniversariando na luta, reafirmando seu compromisso de unidade contra o golpe, em defesa da democracia e nenhum direito a menos.

mercado, não concilia interesses, os donos do poder e do dinheiro se alinham para golpear novamente a democracia. Uma nova ofensiva neoliberal, orquestrada para dilapidar o patrimônio nacional e acabar com o sonho de ascensão dos pobres na sociedade brasileira. Numa aliança com o Ministério Público e o Judiciário, o Congresso Nacional consegue o *impeachment* de Dilma Rousseff e Michel Temer assume a presidência.

Desde então, são dois anos de corte de investimentos, de direitos trabalhistas destruídos e a da Constituição esfaļhada. O custo de vida

está mais alto, o desemprego batendo recordes, as contas no fim do mês não fecham. A vida realmente piorou para quem depende só do seu trabalho para sobreviver.

A direita segue aprofundando o golpe na democracia por meio da recente prisão do ex-presidente Lula, com uma condenação sem provas, num julgamento em tempo recorde no país. Independente da política partidária, sabemos que Lula está preso por ter a maioria na intenção de votos nas eleições de outubro. Por ser a única força capaz de estancar a sangria de direitos trabalhistas e sociais.

Diante das ilegalidades jurídicas cometidas durante o julgamento de Lula, das decisões inconstitucionais do Judiciário, das votações absurdas que se expressam no Congresso Nacional e dos desmandos de Temer, o Sintsef segue aniversariando na luta, reafirmando seu compromisso de unidade contra o golpe, em defesa da democracia e nenhum direito a menos.

Sabemos que a batalha está árdua, mas o vigor desses 29 anos aliado às solidariedades construídas pela unidade dos movimentos sociais alimentam a esperança de vitória. Agradecemos a confiança das nossas filiadas e filiados. Contamos com vocês nessa batalha. Vem lutar com a gente!



Em janeiro de 2018, a Direção Colegiada do Sintsef se reuniu com o Conselho Fiscal e a Coordenação do Conselho dos Delegados de Base para realizar o planejamento anual. O debate sobre a realização do 12º Congresso do Sintsef Ceará, previsto para outubro, foi um dos destaques desse momento.

Foto: CAMILA GARCIA

ACT 2017/2018: Fenadsef e Fisenge ingressam com pedido de mediação no TST

Entre os dias 20 e 22/03, representantes da empresa se reuniram com a Comissão Nacional dos Empregados, a Fenadsef, Fisenge e Asnab. A proposta apresentada pelos trabalhadores reivindica a reposição de perdas salariais históricas, que totalizam 3,04% no período de 2008 a 2016, além do aumento real de 3% e da reposição inflacionária que foi negada novamente. Mas, infelizmente não houve acordo, diante das negativas e intransigências dos gestores da empresa, foi necessário protocolar um pedido de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na negociação do ACT 2017/2018.

Ainda na rodada de negociação, os empregados também esperavam incluir outras cláusulas no ACT, porém a empresa apoiou-se na Emen-

da Constitucional 95/16, que congela os gastos públicos por 20 anos para impor nenhum reajuste ou melhoria nas cláusulas sociais.

Mesmo com índice inflacionário consideravelmente baixo (2,46% o IPCA e 1,73% o INPC), a postura do governo permanece inflexível. Para evitar qualquer discussão de novas cláusulas sociais e levar o índice de reposição para julgamento no TST, a Conab chegou a propor um corte nas cláusulas existentes no ACT que teriam algum impacto financeiro na empresa.

Essa tem sido a postura do governo com trabalhadores e funcionários públicos. Para tentar avançar, a mediação do TST é imprescindível, bem como a mobilização de todos os empregados públicos da Conab. Vamos à luta!



Trabalhadores lançam ACT 2018/2019 enquanto seguem com negociação do ACT 2017/2018

Aconteceu no dia 06/04, em Brasília, uma reunião com a EBSERH para discutir o ACT 2018/2019. Andrea Quintela, delegada do estado, levou à reunião o posicionamento dos empregados da EBSERH Ceará que decidiram durante assembleia no dia 04/04, entrar em greve a partir da segunda quinzena de abril.

Após ciência da deliberação do estado de greve por grande parte dos empregados espalhados pelo Brasil, a Empresa mudou sua posição em relação a alguns pontos das cláusulas sociais.

No dia 17/04 haverá mais uma reunião com a EBSERH. A empresa deverá trazer uma resposta com as cláusulas sociais pendentes e índice das cláusulas econômica. Se não houver avanços, a Condsef orientará as bases para que os

ritos da greve se iniciem e as mobilizações continuem.

Com as negociações do ACT 2017/2018 se arrastando desde fevereiro de 2017 e sem perspectiva de fechamento, as suas cláusulas econômicas foram protocoladas no TST para serem julgadas como dissídio.

A respeito do dissídio, o MPT informa que se manifestou através de um Parecer no dia 13/03. A Assessoria Jurídica da Condsef diz que não houve nenhuma manifestação

e que a última movimentação do processo foi a contestação apresentada pela EBSERH no dia 08/03. O Parecer foi então protocolado no dia 03/04, opinando pelo deferimento dos pedidos formulados, com sugestão de aplicação de 4,5% incidente sob as cláusulas econômicas.



Descaso com trabalhadores e servidores públicos da pesca

Historicamente a pesca tem sido negligenciada pelo Estado e políticas no Brasil. Nos últimos dois anos a situação tem se agravado. Desde a extinção do Ministério da Pesca, em 2016 até abril de 2018, o tema passou pela responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA - 2016), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC - 2017) e recentemente foi alocado dentro da secretaria geral da Presidência da República (2018). As duas últimas sequer possuem estrutura administrativa na maioria dos estados.

Os servidores que levemente tem sido jogados pelos organismos da administração pública, são responsáveis por um conjunto de ações, entre elas, pelo registro de embarcações, documentação

para carteira de pescador(a) e demandas beneficiárias dos trabalhadores da pesca. No Ceará, o efetivo desses profissionais caiu de 15 para 3 pessoas, o que tem sobrecarregado os servidores públicos. "Por causa dessa situação, temos hoje, cerca de 6 mil pescadores sem carteira que não estão conseguindo acessar benefícios previdenciários ou mesmo créditos para fomentar seu trabalho. Imagina isso na Bahia e no Pará, onde a atividade ocupa lugar de destaque na economia." Desabafou um servidor federal, no Ceará.

O Sintsef tem apoiado esses servidores, dando visibilidade ao problema e irá pautar a Condsef para que o caso seja abordado durante a plenária Estatutária e os Encontros setoriais da condsef, que acontece no mês de maio, em Brasília - DF.



Funcionários públicos temem perder direitos trabalhistas após redistribuição

O Sintsef segue apoiando os trabalhadores da Infraero no Ceará. Com a concessão do Aeroporto Pinto Martins, por 30 anos, para a multinacional alemã Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, a atuação da empresa pública deve diminuir consideravelmente, restringindo-se aos aeroportos de Aracati, Cruz e Juazeiro do Norte.

Já que esses aeroportos não comportam todo o efetivo da Infraero no Ceará, os empregados públicos estão sendo redistribuídos para órgãos da administração direta (AGU, MTE e outros órgãos). Há receio dos trabalhadores de perder gratificações e demais direitos trabalhistas.

O Sintsef realizou uma

assembleia com esses empregados públicos, no último dia 23/03, com a presença do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA) e se comprometeu a pautar o assunto no Conselho Deliberativo de Entidades da Condsef e na Plenária da Condsef prevista para acontecer entre os dias 04 a 06/05/2018.

A operação da Fraport em Fortaleza teve início em 02/01/2018, faz parte do contexto de desmonte dos serviços públicos em que o patrimônio nacional tem sido vendido ao capital estrangeiro. No Brasil, já são 9 aeroportos concedidos à iniciativa privada e 13 em processo de transferência. Até o final de 2018, Temer pretende privatizar de 54 a 80 % da Infraero em todo o Brasil.



Em pauta

Pesquisa realizada pelo Sintsef revela descaso com a saúde dos trabalhadores do serviço público federal

Por quatro anos, a Coordenação e o Coletivo de Saúde do Trabalhador realizaram uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos(as) servidores(as) ativos, filiados(as) ao Sintsef em todo estado do Ceará.

Entre os casos mais graves verificados com a pesquisa, estão os servidores que atuam nas unidades de combate às endemias espalhadas por todo o Ceará. Eles trabalham manipulando inseticidas, muitos com mais de 15 anos nessa atividade, em ambientes onde produtos químicos e locais de descanso e alimentação dividem o mesmo espaço. Há suspeitas de intoxicações, doenças sanguíneas e no fígado decorrentes do tempo de exposição na atividade laboral.

A pesquisa do Sintsef, trabalhou com metodologia quantitativa e aplicação de questionários, mais de 60 locais de trabalho foram visitados em todas as regiões do Ceará. Dentre os trabalhadores entrevistados, cerca de 60%

alegaram sofrer algum adoecimento. Pressão alta, dores na coluna, problemas respiratórios, gastrite, artrose e depressão estão entre os males mais recorrentes.

Flávio Inácio Lima, servidor do Ministério da Saúde e integrante da Coordenação de Saúde do Trabalhador do Sintsef, ressalta que “apesar de não podermos provar que os adoecimentos são decorrentes do trabalho, temos certeza sobre como os problemas de saúde dos trabalhadores são agravados pelas precariedades vivenciadas no trabalho. A situação é tão grave que muitos servidores nunca fizeram nenhum tipo de exame médico, nem admissional ao entrar no serviço público.”

A iniciativa da pesquisa é considerada inédita entre os sindicatos de servidores públicos federais no Brasil e já está se mostrando referência para possíveis mudanças na situação dos trabalhadores. Municípios dos resultados prelimina-

res, os sindicalistas do Sintsef Ceará realizaram um grande Seminário de Saúde do Trabalhador, em agosto de 2017, para socializar as informações.

Como encaminhamento do Seminário, diversos órgãos foram procurados para dar explicações. Em novembro de 2017, uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Ceará deu visibilidade aos resultados da pesquisa. Em Fevereiro de 2018, depois da provocação do Sintsef, o Ministério Público do Trabalho (MPT) oficiou

a Prefeitura de Fortaleza para que realizar exames e adequar locais de trabalho onde atuam os servidores federais que se encontram cedidos para o município.

O próximo passo é continuar pressionando para que o mesmo ocorra com os servidores cedidos à Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e com as superintendências das autarquias federais no Ceará.



Fotos do Arquivo Sintsef sobre o III seminário de saúde do trabalhador, realizado em agosto de 2017.

Aumento de quase 20% nos planos de saúde de autogestão gera preocupação nos servidores

De 2017 para cá, aumento abusivos na CapesSaúde e na Geap tem prejudicado servidores federais. A Geap por exemplo, anunciou aumento de 19,94%, superior ao calculado para a inflação do setor (de cerca de 11%). As entidades que representam os servidores têm questionado esse abuso na justiça, entretanto não têm conseguido boas respostas, pois há uma interpretação do judiciário em não aplicar o direito do consumidor, uma vez que os planos são de autogestão e não tem fins lucrativos.

Outro grave problema é o desequilíbrio existente na contribuição mensal, onde o servidor arca com cerca de 85% do valor, enquanto a União paga a diferença. “Há



quatro anos, a União participa com 75% do valor do plano. Hoje, o percentual chega a 15%. É inviável para quem quiser permanecer” disse Rogério Expedito, que faz parte da direção jurídica da Condsef. Na campanha salarial de 2018, a

entidade propôs que governo e servidores dividam meio a meio os custos do plano.

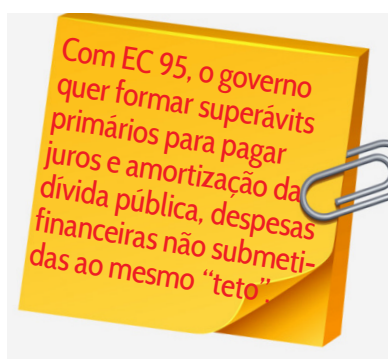
Em seminário sobre saúde de suplementar e planos de saúde de autogestão, realizado em março, em Brasília - DF, a Condsef/Fenadsef debateu

a questão com representantes do Fonasef e Fonacate. O objetivo foi avaliar o cenário atual e fomentar debates técnicos e possíveis ações administrativas, legislativas e jurídicas que poderão ser feitas para o enfrentamento dos problemas.

A proposta de uma legislação específica para regular as empresas de autogestão está entre as iniciativas jurídicas que estão sendo estudadas. Mesmo com as dificuldades existentes, as entidades de classe reivindicam a importância de lutar para manter um plano de saúde de autogestão. “O fim desta modalidade só interessa às operadoras de planos privados e elas estão de olho nessa fatia de mercado.” Afirmou Rogério Expedito.

EC 95/16 e a campanha salarial dos servidores públicos federais

A vigência da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 tem se transformado numa das piores ferramentas do golpe de Michel Temer. Criticada por todos aqueles que defendem os direitos de cidadania previstos na Constituição Federal, ela não só estabelece um “teto” para as despesas primárias até 2036, como “congela” esse “teto” por 20 anos.

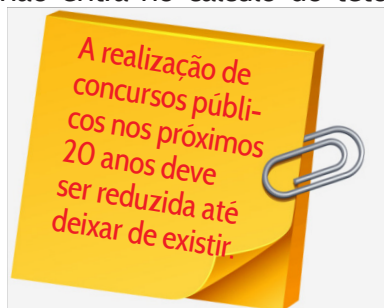


No caso dos gastos públicos com saúde, a EC mantém o valor de 15% da Receita Corrente Líquida de 2017 como um “piso/teto” atualizado anualmente pela variação do IPCA/IBGE. Com isso, é possível dizer que o já baixo financiamento do Sistema Único de Saúde foi transformado em desfinanciamento: a depender da projeção adotada, os recursos federais para o SUS sofrerão cortes de 1,7% do PIB para 1,0% até 2036, o que pode gerar perdas acumuladas superiores a três orçamentos anuais neste período de 20 anos.

Projeções semelhantes, ou até piores, podem ser aplicadas em todas as áreas como educação, assistência social e segurança, entre outras. Pois, amparando-se nesta emenda, o governo federal tem justificado o corte e a extinção de diversas políticas públicas que atuavam na diminuição das desigualdades sociais.

No que tange aos servidores públicos, responsáveis pelo funcionamento do Estado e pelos serviços de atendimento à população, esses cortes orçamentários impactam tanto a qualidade do trabalho realiza-

do, quanto nas perdas salariais já acumuladas e que ainda irão aumentar. Vale lembrar que a contratação de terceirizados não entra no cálculo do teto.



Portanto, temer quer substituir servidores por terceirizados.

Desde a aprovação da EC, não há nenhum avanço na negociação das propostas de Campanha Salarial feitas por servidores e empregados públicos ao Governo Temer. Em 2018, os servidores reivindicam a reposição salarial, mais aumento de 25,63%, para compensar perdas históricas. Entretanto, o indicativo é que nem as reposições inflacionárias devem ser concedidas.

Na última reunião sobre a campanha, no Ministério do Planejamento, em 04/03, o secretário de Recursos Humanos da pasta, Akira Shiba, deixou claro que por conta das restrições impostas pela EC 95/16, o orçamento está limitado para qualquer tipo de reajuste.



Diante desse cenário, a Condsef está pautando uma grande campanha em defesa do serviço público e pela revogação da EC 95. O tema deve ser melhor discutido até a Plenária estatutária da confederação, prevista para a primeira quinzena de maio de 2018.

Especial!

Judiciário do Brasil custa mais caro e tem menos juizes que o da Alemanha

Por Rafael Tatemoto, para o Brasil de Fato

Enquanto o governo brasileiro gasta o equivalente a 1,3% de nosso Produto Interno Bruto (PIB) com este Poder, a Alemanha consome apenas 0,32%. Levando-se em conta outras instituições como o Ministério Público e Defensoria - o montante chega a 1,8% de toda a riqueza produzida no país.

Proporcionalmente, o Brasil tem menos juizes são 8,2 para cada cem mil habitantes, enquanto a Alemanha tem 24,7. Os dados foram levantados por Luciana Zaffalon, advogada e pesquisadora do sistema de Justiça.

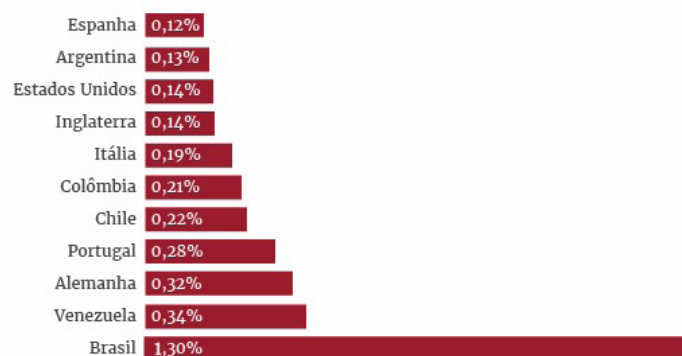
Mesmo quando comparado com outros países da América Latina, como Chile e Argentina, o volume de gastos brasileiro é superior. A discrepância pode ser verificada também no salário anual de ministros das Cortes Constitucionais. Enquanto os alemães ganham 73.679 euros, os brasileiros recebem 126.138,61 euros (em valores convertidos).

A diferença se repete em relação ao Ministério Público. No Brasil, emprega-se o equivalente à 0,32% do PIB. Na Alemanha, 0,02%.

Zaffalon explica que o protagonismo, inclusive o orçamentário, destas instituições começou a crescer na América Latina a partir do final da década de 1980, no momento de redemocratização. No caso específico do Brasil, tal processo se consolida com a Constituição de 1988, na dinâmica de reformas constitucionais. Entretanto, “enquanto nós acreditávamos no discurso do avanço da garantia de direitos, na prática, significou a criação de elites jurídicas, que mais servem como blindagens de determinados interesses do que, de fato, para garantir a ampliação de direitos”, diz.

Segundo ela, este protagonismo do sistema de Justiça causou disfunções na política a partir do “isolamento das disputas democráticas dentro dos tribunais, sem transparência e controle social”, resultando em uma “democracia vivenciada dentro de gabinetes”. “Há vinte ou trinta anos, a gente nem sabia os nomes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Aquilo que era tido como o ‘Poder menos perigoso’ se transforma num grande poder no interior da democracia, que retira os debates do espaço público, da rua. É preciso que os movimentos sociais questionem essa situação e reivindiquem mudanças nos critérios de seleção e permanência nas carreiras jurídicas.”

Despesa do Poder Judiciário como percentual do Produto Interno Bruto (PIB)



Fontes: CNJ 2014; European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ) 2014, 32; Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA) 2007; National Center for State Courts (NCSC) 2012; Supreme Court of the United States (SCOTUS) 2012.

Notas Curtas

Vem aí!

A Plenária Estatutária da Condsef/ Fenadsef, entre os dias 04 a 06 de maio de 2018, em Brasília - DF. Na pauta das discussões estão alterações no estatuto da confederação, debate sobre a conjuntura e estratégias de atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores do serviço público federal.

O Sintsef, participará com 15 delegados, 12 eleitos em assembleias e 3 natos por serem da direção da Condsef. Como no dia 3 de maio acontecerá o Encontro Setorial da Base da Condsef/Fenadsef, para economizar nas despesas com a viagem, ficou acordado que o critério para escolha dos delegados era ser representante de departamento. Isso, considerando o cenário de contenção de recursos para o Congresso do Sintsef que será em outubro deste ano.

Por democracia e contra a reforma da Previdência

No primeiro trimestre de 2018, o Sintsef seguiu firme na luta contra a reforma da Previdência, participando de diversos atos em Fortaleza e através das delegacias no interior do Ceará. Como na Foto do dia 19/02, na Capital. A pressão popular fez Temer recuar e retirar a reforma da pauta, mas seguimos vigilantes combatendo o golpe na democracia brasileira.



Foto: Camila Garcia

Mulherada de luta!

O Coletivo de Mulheres do Sintsef marchou com a Frente Brasil Popular pelas ruas de Fortaleza no dia Internacional da Mulher (08/03). Com o tema 'Mulheres nas ruas Contra o golpe, pelo fim da violência, contra as reformas e pela democracia' elas denunciaram como são impactadas pela crise econômica e retirada de direitos promovida pelo atual presidente golpista Michel Temer (MDB).



Foto: Camila Garcia

Mês das Mulheres

Memória e reconhecimento em tarde de premiação

A entrega do Prêmio Socorro Leal pela Direção Colegiada e pelo Coletivo de Mulheres do Sintsef marcou o mês de lutas das mulheres



Foto: Paulo Holanda

Aos poucos as filiadas e filiados foram chegando na sede do Sintsef. Muitos abraços, sorrisos e as lembranças dos momentos partilhados na luta pela defesa do serviço público no Ceará e no Brasil. O cerimonial foi realizado pela filiada Lucinéia Freitas e teve início com as falas da coord. de aposentados e pensionistas, feita por Carlos Eugênio, coord. do coletivo de mulheres, feita por Flávia Sabóia, dos coordenadores gerais, Roberto Luque e Adriano Duarte e da representante das mulheres da CUT, Rita Ferreira.

Depois dos protocolos e das falas calorosas de saudação, foi o momento de deixar a emoção falar mais alto. Primeiro foi tempo de lembrar da companheira Socorro Leal. A servidora do DNOCS e falecida em 2016 nomeou a premiação, pelo reconhecimento de sua trajetória comprometida com as lutas dos trabalhadores do serviço público. Em agradecimento, sua irmã leu uma carta que escreveu como se conversasse com Socorro, caso ela estivesse presente na cerimônia. A fala embargada e olhar marejado emocionou todo mundo.

Logo depois, uma a uma, as 15 (quinze) mulheres, que fizeram parte da primeira direção do sindicato, foram

chamadas para receber uma singela placa em mérito ao esforço e militância dos tempos de redemocratização e da ofensiva neoliberal de Collor e Fernando Henrique Cardoso. As que desejaram agradecer, falaram da curiosidade ao receber o convite para a premiação, os desafios do ser mulher na política naquela época e da solidariedade dos companheiros de luta que também fizeram parte da primeira direção do Sintsef.

A participação política das mulheres permanece como um desafio para as organizações políticas, entretanto muito já foi conquistado e o esforço dessas companheiras encoraja as novas gerações que lutam contra o patriarcado, o capital e todas as formas de opressão.

Ao final, depois das fotos, algumas lágrimas e muitos sorrisos, caiu a noite e as mulheres e homens presentes continuaram trocar lembranças nas conversas informais durante um breve coquetel. Ficou de lição, que em tempos difíceis como o que se vive na atual conjuntura de golpe e nova ofensiva neoliberal, construir momentos em que a esquerda possa partilhar a memória e os afetos das lutas também podem ser uma forte estratégia de resistência.

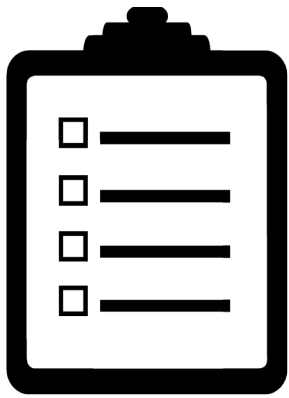
Fala jurista!

A cada nova edição do jornal, comentaremos ações importantes para garantir os direitos das filiadas e filiados

SOU SERVIDORA E QUERO ME APOSENTAR. O QUÊ PRECISO SABER?

Saiba quais os benefícios, leis de amparo, requisitos e alertas para o servidor que deseja se aposentar

REQUISITOS



Regras gerais:

- Ter 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de contribuição;
- Ter 10 anos de serviço público;
- Ter 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- Ter 60 anos (homens) e 55 (mulheres) de idade.

Regras de Transição - 95 (homens e 85 (mulheres):

- Ter 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de contribuição;
- 15 anos de serviço;
- 10 anos no cargo.



LEIS QUE AMPARAM O APOSENTADO

- Artigos 3º e 7º da EC 41/2003 para quem ingressou antes do dia 19/12/2003 e nesta data já preenchiam os requisitos.
- Artigos 6º e 7º da EC 41/2003 e artigo 2º da EC 47/2005 para quem ingressou antes de 19/12/2003 e nesta data ainda não preenchiam os requisitos.
- Artigo 6º-A da EC 41/2003 para aposentados por invalidez.
- Artigo 3º da EC 47/2005 para quem deseja se aposentar pela regra dos 95 (homens) e 85 (mulheres).

GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO



No momento de requerer a aposentadoria, é preciso assinar o Termo de Opção para Incorporação das Gratificações de Desempenho e o Termo de Opção para incorporação da GACEN (documentos separados).

- Para aposentados em 2018: será concedido o valor de 87% das gratificações, fechando o total de até 100% no ano de 2019
- Para aposentados em 2019: já será concedido o percentual de até 100%

Obs: Também estendido a pensionistas, obedecendo o mesmo critério.



LICENÇA PRÊMIO

- Antes da concessão da aposentadoria: poderá requerer contagem em dobro da Licença Prêmio ainda não utilizada, que será averbado à ficha funcional para concessão de aposentadoria ou abono de permanência.
- Depois da concessão da aposentadoria: poderá requerer judicialmente a conversão em pecúnia da Licença Prêmio não utilizada. Para isso, o servidor **NÃO** deve marcar a opção constante no **Pedido de Aposentadoria** que representa do desejo de contagem em dobro da Licença Prêmio.

RPVs e precatórios pagam quase quatro milhões em abril de 2018

Na justiça e nas ruas o Sintsef comprova seu empenho com as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal. Confira os números resultantes do trabalho da assessoria jurídica do sindicato. Veja a quantidade de pessoas que receberam seus RPVs e precatórios até o dia 9 de abril de 2018.

| ORGÃO | Quantidade Participante | VALOR |
|----------------------------|-------------------------|---------------------|
| FUNASA | 1 | 72.605,11 |
| IBAMA | 1 | 770,44 |
| IFCE | 25 | 142.092,56 |
| INCRA | 1 | 56.673,27 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | 10 | 98.264,87 |
| MINISTÉRIO DA SAÚDE | 21 | 211.561,20 |
| MINISTÉRIO DO TRABALHO | 15 | 13.461,12 |
| MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 169 | 3.296.213,58 |
| Total Geral: | 243 | 3.891.642,15 |

REDUÇÃO REMUNERATÓRIA



A transição para a condição de aposentado traz consigo alguns decréscimos salariais que devem ser previamente informados ao servidor. Deve-se atentar para a supressão de algumas rubricas que não são levadas para a inatividade, tais como:

- Auxílio transporte;
- Auxílio alimentação;
- Adicional de Insalubridade;
- Parcela do Abono de Permanência (para aqueles beneficiados)

Obs: Só contribuirá para a previdência o aposentado que recebe acima do teto (R\$ 5.645,00).

Nessa edição o Fala Jurista contou com a colaboração de Raquel Amaral, assessora jurídica do SINTSEF/CE.

Transparência

Demonstrativo de receitas e despesas referente ao período de 01/12/2016 a 31/12/2017

Com o objetivo de dar transparência às suas atividades e mostrar como a arrecadação do sindicato é investida na luta dos trabalhadores, apresentamos um balanço das despesas de 2017 já aprovadas pelo conselho fiscal.

| RECEITAS | |
|-----------------------------------|---------------------|
| RECEITAS MENSALIDADES | 5.860.081,37 |
| RECEITAS PRECATÓRIOS | 215.784,35 |
| RECEITAS EVENTUAIS/DIVERSAS | 2.340,97 |
| RECEITAS VENDAS ATIVO IMOBILIZADO | 55.000,00 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 10.458,59 |
| TOTAL: | 6.143.665,28 |

| DESPESAS | |
|-----------------------------------|--------------|
| PESSOAL | 1.056.735,89 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Sintsef) | 593.802,92 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Iguatu) | 32.014,33 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Sobral) | 53.442,87 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Cariri) | 81.133,03 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Baturité) | 20.910,16 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Inhamuns) | 35.758,72 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Quixadá) | 26.066,31 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Russas) | 35.377,72 |
| MATERIAL DE CONSUMO (Itapipoca) | 23.036,98 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Sintsef) | 723.098,64 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Iguatu) | 10.274,24 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Sobral) | 22.133,98 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Cariri) | 21.017,30 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Baturité) | 8.344,80 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Inhamuns) | 11.564,81 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Quixadá) | 5.130,29 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Russas) | 20.203,72 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (Itapipoca) | 19.457,14 |

| DESPESAS | |
|---|------------|
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Sintsef) | 649.705,88 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Iguatu) | 25.191,39 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Sobral) | 17.646,79 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Cariri) | 25.079,50 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Baturité) | 9.720,00 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Inhamuns) | 13.786,00 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Quixadá) | 13.357,85 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Russas) | 20.807,00 |
| TRANSP.VIAGENS E ESTADIAS (Itapipoca) | 7.282,00 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Sintsef) | 157.360,48 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Iguatú) | 365,00 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Sobral) | 5.560,75 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Cariri) | 5.536,59 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Baturité) | 1.854,60 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Inhamuns) | 2.110,00 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Quixadá) | 1.380,00 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Russas) | 2.288,60 |
| IMPrensa e DIVULGAÇÃO (Itapipoca) | 3.045,00 |
| CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Sintsef) | 690.551,67 |
| CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Iguatú) | 650,00 |
| CONTRIB. DOAÇÕES E REPASSES (Sobral) | 900,00 |
| CONTRIB. DOAÇÕES E REPASSES (Cariri) | 2.312,00 |
| CONTRIB. DOAÇÕES E REPASSES (Inhamuns) | 483,00 |
| CONTRIB. DOAÇÕES E REPASSES (Quixadá) | 1.000,00 |
| CONTRIB. DOAÇÕES E REPASSES (Russas) | 1.400,00 |
| CONTRIB..DOAÇÕES E REPASSES (Itapipoca) | 100,00 |
| LOCAÇÃO (Sintsef) | 15.327,80 |

| DESPESAS | |
|-------------------------------|---------------------|
| LOCAÇÃO (Sobral) | 1.730,00 |
| LOCAÇÃO (Cariri) | 321,00 |
| LOCAÇÃO (Quixadá) | 1.550,00 |
| LOCAÇÃO (Russas) | 90,00 |
| LOCAÇÃO (Itapipoca) | 15.510,00 |
| FINANCEIRAS (Sintsef) | 85.617,94 |
| FINANCEIRAS (Iguatu) | 972,78 |
| FINANCEIRAS (Sobral) | 1.166,80 |
| FINANCEIRAS (Cariri) | 914,75 |
| FINANCEIRAS (Baturité) | 1.058,60 |
| FINANCEIRAS (Inhamuns) | 742,55 |
| FINANCEIRAS (Quixadá) | 968,94 |
| FINANCEIRAS (Russas) | 806,92 |
| FINANCEIRAS (Itapipoca) | 614,90 |
| DESPESAS DIVERSAS (Sintsef) | 252.382,74 |
| DESPESAS DIVERSAS (Iguatu) | 32.067,51 |
| DESPESAS DIVERSAS (Sobral) | 13.714,28 |
| DESPESAS DIVERSAS (Cariri) | 29.980,60 |
| DESPESAS DIVERSAS (Baturité) | 25,01 |
| DESPESAS DIVERSAS (Inhamuns) | 1.179,35 |
| DESPESAS DIVERSAS (Quixadá) | 81,71 |
| DESPESAS DIVERSAS (Russas) | 14.627,91 |
| DESPESAS DIVERSAS (Itapipoca) | 43,82 |
| ASSESSORIAS (Sintsef) | 756.124,16 |
| DIRETORES LIBERADOS | 179.638,71 |
| COMPRAS P/ATIVO IMOBILIZADO | 130.637,17 |
| TOTAL: | 5.996.873,90 |

Por Marielle e pelos jovens assassinados todos os dias nas periferias

Das chacinas em Fortaleza, ao atentado à caravana do Lula em Porto Alegre, passando pelo assassinato de Marielle Franco (vereadora do Rio de Janeiro) podemos perceber um agravamento da crise política e social vividas neste momento no Brasil.

Crise que se aprofunda à medida que o golpe na democracia amplia as desigualdades sociais e o número de pessoas pobres no País.

O Sintsef repudia a intervenção militar no Rio de Janeiro e às arbitrariedades desse governo ilegítimo contra os trabalhadores e trabalhadoras. Seguimos em defesa da democracia e cobrando de forma intransigente investigação, apuração e punição desses crimes.

Água é direito universal e não é mercadoria!



Cerca de 12% da água doce disponível no mundo está concentrada no Brasil. Entretanto, a distribuição desses recursos no país é bastante desigual e muitos lugares sofrem com a escassez de água até para beber. Enquanto isso, as indústrias e empresas de agronegócios são responsáveis por mais de 70% do consumo de água no Brasil.

Atentos ao potencial nacional, grupos empresariais mundiais têm pressionado o Executivo, Legislativo e Judiciário para mudar legislações e conceder o direito irrestrito de exploração desses recursos para fins comerciais. Prova disso foram recentes os rumores de que antes mesmo do golpista Michel Temer assumir a presidência, já negociava com transnacionais como a Coca-Cola e Nestlé a respeito da privatização dos recursos hídricos do país. Já no poder, em janeiro de 2018, Temer participou de uma mesa redonda no Fórum Econômico Mundial que aconteceu em Davos, na Suíça, juntamente com o presidente da Nestlé, Paul Buckle.

Recentemente, em Brasília - DF, nos dias 17 e 22 de março, enquanto empresários e gestores públicos se reuniam no Fórum Mundial

da Água para tramar a privatização dos recursos hídricos brasileiros, movimentos sociais de diversas partes do globo reagiram através da realização do Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA. Com o tema "Água é um direito, não uma mercadoria", trabalhadores do mundo denunciaram crimes ambientais e violações dos direitos, com debates sobre as políticas públicas de gestão e distribuição democrática da água. A Direção Colegiada do Sintsef esteve presente, representada por Aluísio Bastos Pereira, servidor do DNOCS e atual presidente da Assecas (Associação dos Servidores do DNOCS).

Durante o Fama, diversas lutas conjuntas foram marcadas e a defesa do direito e acesso a água continuam na agenda dos movimentos sociais.